



Anais da Assembléia

N.º 90

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 82ª ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1984

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Aníbal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagnão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles P. Checo, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 193/84

Curitiba, 18 de setembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera em Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros) o Orçamento atual da Assembléia Legislativa.

O crédito especial proposto tem por objetivo complementar dotação para atender o cronograma de obras do "Anexo ao Plenário" e terá como abertura recursos de excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado.

Contanto com a especial atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa, reitero meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Autorizado a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), ao Orçamento atual da Assem-

bléia Legislativa, destinado a atender despesas com obras e instalações.

Art. 2º - Servirão como cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, recursos oriundo do excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado, na forma do estabelecido pelo § 1º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n.º 221/84.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) NILSO SAGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 97/84, por trinta sessões.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) NILSO SAGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de mais profundo pesar pelo falecimento ontem, na cidade de Foz do Iguaçu, do Senhor Antônio Ayres de Aguirra, deixando viúva Dona Luiza de Aguirra e os filhos Ataliba e Thelma.

O extinto, figura das mais queridas na região, onde, por muito tempo, exerceu as funções de titular do Cartório de Registro de Imóveis, foi, inclusive, um dos pioneiros na região tendo deixado, como batalhador incansável um grande círculo de amigos que o pranteiam e que, inconsoláveis lamentam a profunda e impreenchível lacuna que deixa nos círculos sociais, comerciais, industriais e políticos de Foz do Iguaçu.

O Senhor Antônio Ayres de Aguirra, que o signatário do presente requerimento teve a honra de conhecer há muitos anos, foi indubitavelmente, por seus atos e por suas atitudes, um exemplo de trabalho, honestidade e dedicação ao seu próximo e aos interesses públicos que deve ser apontado como exemplo para gerações vindouras.

Nestas condições, aprovado o presente voto de pesar, solicito, outrossim, que seja do mesmo dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do CORONEL LUIZ GASTÃO RICHTER, ocorrido no dia 18 do corrente mês, na cidade de Londrina.

U extinto, estava, atualmente, ocupando o Comando do 5º Batalhão Policial Militar naquela cidade, vindo o seu falecimento causar enorme consternação aos seus familiares e amigos.

REQUER, ainda, seja dada ciência desta decisão à família enlutada, na Rua Major França Gomes, 1467, Santa Quitéria, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, indicar 3 (três) Parlamentares para representar o Poder Legislativo do Estado do Paraná, nas festividades de aniversário do Município de Campo Mourão, no período de 6 a 15 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações à Empresa Cattani S.A. Transporte e Turismo, pela comemoração dos 35 (trinta e cinco) anos de sua fundação.

Solicita, outrossim, seja dado ciência deste ao Doutor Daniel Cattani, na Rua Barão do Rio Branco, 350, Pato Branco - Pr.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à Equipe de Handball Feminina, por ter conquistado recentemente o título de Campeã dos 27º Jogos Abertos do Paraná, realizado na Municipalidade de Londrina, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campo Mourão, José Pochapski, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Moacir Ciulla Porciúncula, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e ao Ilustríssimo Senhor Jair Grasso, Técnico do Selecionado Mourãoense.

Durante os dias 31 de agosto aos dias 9 de setembro realizou-se em Londrina os 27º Jogos Abertos do Paraná, que contou com a participação de diversos municípios do Estado do Paraná, envolvendo durante aquele período de competições centenas de jovens atletas.

Considerada como uma das maiores realizações do esporte amador paranaense e até mesmo em termos nacionais, os Jogos Abertos a cada ano tem-se constituído num verdadeiro encontro da juventude permitindo um grande entrelaçamento e integração entre cidades.

Mas, também, a cada edição do referido campeonato, é possível perceber a elevação do índice técnico, através da superação das marcas, cujos recordes, os títulos, a hegemonia, o melhor preparo, tem sido, entre tanto outros, desafios a serem superados.

É também nos jogos como os realizados em Londrina

que se tem podido avaliar o grau de dedicação dos seus atletas; o apoio das instituições educacionais; o incentivo dos organismos governamentais em todos os níveis.

Sobre o Município de Campo Mourão, cidade que polariza a Microrregião. Doze (composta por mais dezenove cidades), fora de qualquer dúvida que a sua participação foi a melhor já conseguida nos últimos anos, no que diz respeito a resultados alcançados como no próprio número de jovens participantes.

O grande destaque que, por certo, representa hoje a prova da dedicação dos mourãoenses assim como um grande estímulo para o futuro, foi o título conquistado pela Equipe de Handball Feminino. Sucessivamente, a cada competição, as mourãoenses foram vencendo adversários com a absoluta convicção de que seriam capazes de, com humildade e técnica, ficar à frente de todas as equipes participantes desta modalidade.

E assim aconteceu, Campo Mourão chegava à finalíssima, tendo pela frente a forte e experiente seleção de Cambé, que inclusive é formada por grande número de atletas integrantes do selecionado paranaense e nacional.

Com uma inquestionável vitória sobre as cambeenses, as moças da "cidade modelo" sentiam o quanto havia sido em muito recompensado o esforço e a dedicação ao longo de treinamentos intensivos.

No dia seguinte, daquela final, os grandes jornais de circulação no Estado do Paraná, que cobriam o citado evento esportivo, em geral escreveram que "a vitória de Campo Mourão sobre Cambé havia sido uma grande surpresa!"

Mas, para o povo mourãoense, especialmente o que acompanha o esporte amador, tais notícias jornalísticas não correspondem com a intensidade dos fatos, pois o título conquistado por Campo Mourão é fruto do trabalho desenvolvido ao longo dos anos naquela cidade, pois, a maioria das atletas que formam o selecionado local, praticam o handball desde a sua primeira fase escolar, colecionando inúmeros outros títulos.

Não poderia, portanto, deixar de fazer o justo e merecido registro nos Anais desta Casa, a brilhante atuação do handball feminino mourãoense, que por certo estimulará não somente tal modalidade, mas todos os demais esportes. Torna-se importante destacar, a garra de cada uma das atletas: Gica, Marli, Marlene, Lenamar, Bebê, Maria, Silvana, Márcia, Neiva, Sandra, Eliane, Fátima, Gislaine, Dionéia e Mana, além do técnico Jair Grasso e do Diretor de Departamento Esportivo da Administração Municipal, Paulo Gilmar Fuzeto.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senho Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos desta sessão realizada no dia de hoje, voto de congratulações à Equipe de Handball Masculina da Municipalidade de Campo Mourão, por ter conquistado recentemente o Vice-Campeonato dos 27º Jogos Abertos do Paraná, realizado na Municipalidade de Londrina, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campo Mourão, José Pochapski, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Moacir Ciulla Porciúncula, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e ao Ilustríssimo Senhor Jair Grasso, Técnico do Selecionado Mourãoense.

Quando da realização dos 27º Jogos Abertos do Paraná, ocorrido em Londrina, as equipes participantes, representando diversos municípios do Estado, tiveram a oportunidade de mostrar o grau de desenvolvimento do esporte amador prati-

Curitiba, quarta, em 19/09/84.

cado notadamente pela juventude, assim como suas perspectivas futuras.

Campo Mourão, que já sediou inclusive uma edição do referido evento (sendo inclusive a campeã geral) levou até Londrina um grande número de atletas, todos muitos dispostos a bem representar o nome desta progressista cidade do Centro - Oeste do Estado.

Imbuídos nos mais elevados propósitos que norteiam o desporto, os mourãoenses em cada instante dos jogos lá desenvolvidos, pode demonstrar a sua dedicação, que em algumas das modalidades que disputou não trouxeram ótimos resultados, ao menos valeu a disposição de competir.

Mas, um dos grandes destaques da Delegação de Campo Mourão e dos próprios Jogos como um todo, foi a brilhante participação da Equipe de Handball Masculino. Passando com grandes e inesquecíveis vitórias sobre adversários também considerados favoritos.

Disputando a finalíssima com a forte equipe de Maringá, o selecionado mourãoense não conseguiu naquela partida superá-la, tendo sido derrotada pelos jogadores da cidade Canção, que inclusive são atualmente os campeões brasileiros de tal modalidade.

Mesmo assim, frente à equipe campeã a nível nacional, os atletas mourãoenses proporcionaram aos presentes, um grande espetáculo de muita garra, beleza e técnica, através dos destacados integrantes Custódio, Luiz Carlos, Ricardo, Roberto, Nelcir, Birão, Ibiraci, Jonas, Vander Richar, Birão, Marcelo, Nelson e Ubirajara.

Sem dúvida alguma que a conquista do Vice-Campeonato dos 27.º Jogos Abertos do Paraná, pelos mourãoenses, significa o êxito da dedicação daqueles jovens, que durante meses realizaram treinamento intensivo nas quadras de Campo Mourão, testando o seu potencial em torneios e diversas competições que ocorreram especialmente naquela região obtendo sempre o aprimoramento esportivo.

Ao se registrar nos Anais desta Casa quanto à participação de Campo Mourão nos Jogos Abertos, no que diz respeito à modalidade de Handball, o que pretendo é simplesmente ser justo ao reconhecer todo o esforço e dedicação do selecionado masculino, que com determinação se sobrepuseram a inúmeras outras cidades, que, talvez, antes por falta de conhecimento, não conheciam a fundo o valor daqueles jovens para o esporte, cuja vocação serve sem dúvida alguma do maior exemplo e estímulo à prática esportiva de um modo em geral daqui por diante, coordenado pelo Departamento de Esporte da Prefeitura Municipal, supervisionado pelo seu Diretor, o Ilustríssimo Senhor Paulo Gilmar Fuzeto.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de regozijo pelo transcurso do 60.º aniversário de Emancipação Política do Município de Cambará, a ser comemorado em data de 21 do corrente.

Tal evento é dos mais efusivos para o nosso Estado, tendo em vista os grandes benefícios provindos daquela progressista comuna paranaense, através do proífico trabalho de seu povo.

Solicitamos, também, seja consignado um voto de aplauso ao seu atual e dinâmico Prefeito, ex-Deputado Miguel Dinizo, que com o seu entusiasmo e árduo trabalho, não tem poupado esforços, visando o engrandecimento de

Cambará.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência aos Poderes Executivo e Legislativo daquele Município.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, Moção de Apoio ao Projeto de Lei de autoria do Deputado Federal Odilon Salmóia que visa alterar ao Decreto n.º 210/67 que trata da comercialização e industrialização do trigo em todo o País, com conseqüente encaminhamento do presente requerimento ao citado autor do Projeto de Lei, assim como às lideranças dos Partidos Políticos da Câmara e Senado Federal, respectivamente.

Nos últimos vinte anos, a agricultura no Brasil, tem sofrido as ações governamentais a nível federal, que, entre tantos outros fatores, trouxe como conseqüência direta o desestímulo ao plantio dos inúmeros cultivares existentes, aliado ao próprio desaparecimento acelerado das pequenas propriedades rurais.

No que diz respeito à política do trigo, sem dúvida alguma, que este setor está sendo profundamente atingido por mecanismos impostos pelo Governo Federal referente à comercialização deste cereal.

Mais precisamente em 1967, o Governo da época baixava o Decreto-Lei n.º 210, estabelecendo aspectos normativos da comercialização e industrialização do trigo em todo o País. Tal realidade, traz como questão maior, a centralização por parte do Banco do Brasil (que é agente pagador) sendo, que, também, somente as cooperativas de produtores estão credenciadas a procederem o recebimento do trigo.

A mensagem contida no Projeto de Lei do Excelentíssimo Senhor Odilon Salmóia, que, aliás, representa o progressista Estado de Santa Catarina já obteve parecer inteiramente aprovado tanto na Comissão de Justiça e na Comissão de Agricultura, encontrando-se atualmente em apreciação na Comissão de Economia sendo que a partir daí será então finalmente submetido à discussão e votação; seguramente que, quando tornar-se um fato concreto, possibilitará a instalação efetiva de novos moinhos como conseqüência da livre comercialização do trigo a nível nacional.

Pois, somente através desta mudança legislativa é que será possível voltar a ter-se novas perspectivas de aumentar a produção de grãos deste cereal, diminuindo assim, sensivelmente a importação, que aliás é muito superior às toneladas correspondentes às colheitas brasileiras; (cerca de 70% do total consumido é proveniente das importações).

Neste sentido, o apoio desta Casa de Leis, é de fundamental importância, uma vez que o mencionado Projeto de Lei daquele Deputado catarinense, virá a atender aos reais interesses da classe produtora paranaense, já manifestados em diversas oportunidades; valendo aqui destacar o posicionamento firmado pela Câmara Municipal de Vereadores de Maringá, cujos os seus nobres integrantes aprovam por unanimidade de votos, requerimento de autoria do Excelentíssimo Senhor Jorge Vieira do Prado, com referência ao

mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Deni Lineu Schwartz, solicitando estudos urgentes com vistas à construção de uma ponte sobre o Rio Piedade, mais especificamente na barra do mesmo, entre os Municípios de Rio Branco do Sul e Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

A construção de uma ponte no citado local, torna-se imprescindível, tendo em vista o grande número de usuários, veículos de carga e de passageiros, que por ali transitam diariamente, necessitando de plenas condições de segurança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Passado já mais de um ano das intensas chuvas, que provocaram as enchentes que alagaram os municípios do extremo sul do Estado, persiste o péssimo estado de conservação da BR-153, particularmente no trecho que liga General Carneiro à União da Vitória.

Vale lembrar a importância daquela rodovia federal para o escoamento da produção de toda uma região. Ainda mais, agora, quando os municípios afetados pelas enchentes buscam se recuperar dos imensos prejuízos sofridos.

Conforme o ofício n.º 025/84, da Câmara Municipal de General Carneiro, tomamos conhecimento do apelo encaminhado por aquela Casa de Leis ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Doutor Cloraldino Severo, endossando a posição assumida pelos edis de General Carneiro, assim como, reiterando o apelo formulado, com o objetivo de que sejam feitos os necessários e indispensáveis reparos naquela rodovia federal.

Temos certeza de que o Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes se mostrará sensível a esta justa e sentida reivindicação dos moradores daquela região de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Cruz Machado, Município localizado na região sul de nosso Estado, tem apresentado nos últimos anos um incremento crescente na produção agrícola. Contribui significativamente, desta forma, para a reconhecida tradição que o Paraná possui de grande produtor de alimentos.

Contudo, apesar disso, os produtores rurais daquele município ainda carecem de silos e armazéns apropriados para estocar sua produção.

Neste sentido, tendo em conta a justa e sentida reivindicação dos ruralistas de Cruz Machado, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, Doutor Walter Donini, com o mais veemente apelo no sentido de que seja criada, o mais rapidamente possível, uma unidade armazenadora daquele órgão, no referido município.

Temos a convicção de que estará a COPASA não só se revelando sensível aos reclamos daqueles que fazem a riqueza deste Estado, como também, ampliando significativamente sua rede de atendimento.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER envio de expediente ao Diretor-Presidente da RADIPAR, através da Secretaria do Interior.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da RADIPAR, Doutor José Maria de Azevedo no sentido de que o mesmo providencie com a máxima urgência, o reparo nas torres de TV que levam imagens aos Municípios de União da Vitória, Paula Frontin, Cruz Machado, Bituruna, General Carneiro, Paula Freitas e Porto Vitória.

Temos a convicção de que a RADIPAR, assim agindo, estará não só se mostrando sensível aos reclamos da população, que está sendo mal atendida no que se refere à recepção de imagens de suas programações preferidas, como também, revelando presteza e agilidade na execução de seus serviços.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Município de Santa Izabel do Ivaí, localizado no extremo norte do Estado, próximo à fronteira com o vizinho Estado de São Paulo, é já hoje um pólo natural, para o qual convergem os interesses dos moradores de uma vasta região, abrangendo os Municípios de Planaltina do Paraná, Loanda, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, São Pedro do Paraná, Porto Rico e Nova Londrina.

Como é natural, existem nestes municípios um considerável contingente de servidores públicos estaduais que, quando precisam resolver seus problemas junto ao IPE, devem se deslocar até Paranavaí.

Com o intuito de atender a uma justa e sentida reivindicação, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, Doutor Max Rosenmann, com veemente apelo no sentido de que seja instalado, com a máxima urgência, uma agência

regional daquele órgão, na sede do Município de Santa Izabel do Ivaí.

Desta forma, o IPE estará não só revelando uma grande sensibilidade aos reclamos dos servidores públicos daquela região, como também, sem dúvida, dinamizando sobremaneira os serviços do órgão.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura no sentido de que o Valor Básico de Custeio (V.B.C.) seja determinado até o dia 30 de maio de 1985, referente à cultura do feijão.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista a grande preocupação dos agricultores do Estado do Paraná, notadamente dos associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Engenheiro Beltrão. Segundo o Presidente daquela conceituada organização sindical, o Ilustríssimo Senhor Jurandir Morisco, de acordo com correspondência remetida a este Deputado que abaixo subscreve, afirma que a estipulação do V.B.C. com a antecedência pretendida visa precaver o conjunto dos plantadores de feijão, ante a possíveis e inesperados prejuízos relativos à tais atividades agrícolas.

Mais do que isto, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Engenheiro Beltrão, a fixação do V.B.C. em função de sua praticidade, acabará por estimular o plantio de feijão.

Em razão dos motivos ora apresentados, espera-se desse Ministério da Agricultura a necessária avaliação quanto à citada reivindicação, que sem dúvida alguma, não é somente de interesse daquele Sindicato de Engenheiro Beltrão, mas, também, dos demais organismos de representação desta classe trabalhadora existe, e especialmente na região polarizada por Campo Mourão (correspondente a vinte (20) municípios que formam a CONCAM - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão.)

Sala Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes para que sejam estudadas as condições de se autorizar a implantação de uma linha de ônibus entre as Municipalidades de Boa Esperança e Cascavel.

A criação de uma linha de ônibus intermunicipal entre as cidades de Boa Esperança e Cascavel é uma reivindicação bastante antiga dos esperancenses, especialmente por parte dos usuários de transportes coletivo. Nos dias de hoje, a situação de tal deslocamento é feita da seguinte maneira: os passageiros que saem de Boa Esperança e Cascavel, obrigatoriamente embarcam no Município de Janiópolis, primeiramente

no sentido oposto, ou seja, de Cascavel até Boa Esperança os passageiros fazem o seu desembarque na rodovia BR-369, estando os mesmos a uma distância superior a dez quilômetros; realidade esta que fora de qualquer dúvida, representa situação desagradável e grande transtorno.

Neste sentido, inclusive, o Excelentíssimo Senhor Celso Buscariol, Prefeito Municipal de Boa Esperança, sugere a criação de uma linha ligando Boa Esperança - Janiópolis - Juranda - Cascavel e Cascavel - Juranda - Janiópolis - Boa Esperança. Tal sugestão daquela Administração Municipal, seguramente que vem de encontro às manifestações dos usuários que mais do que nunca estão a exigir soluções o mais breve possível.

Pelas razões ora expostas, espera-se que essa Secretaria de Estado dos Transportes tenha a necessária sensibilidade para com o problema, e, conseqüentemente coloque em prática ações que possam resultar no atendimento da implantação da pretendida linha de ônibus.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER envio de expediente à FUNDEPAR, através da Secretaria de Estado da Educação encarecendo a realização de estudo devido, objetivando a liberação de recursos de ordem financeira que permitem construir a ligação entremeio a dois pavilhões existentes no Colégio Estadual Machado de Assis - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Sertãoópolis.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a realização de estudo devido, objetivando a liberação de recursos de ordem financeira que permita construir a ligação entremeio a dois pavilhões existentes no Colégio Estadual Machado de Assis - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Sertãoópolis.

A ligação dos dois pavilhões daquele educandário, é sem dúvida alguma, uma obra que se faz necessária visto que, através do mesmo, quando construído, permitirá oferecer a estudantes, professores e funcionários maior segurança o livre trânsito até mesmo em dias chuvosos, formando inclusive um local coberto que servirá de pequeno pátio.

Para a referida obra, no entanto, é imprescindível que essa Secretaria de Estado da Educação e FUNDEPAR avaliem conjuntamente as reais possibilidades de assegurar a concretização da pretendida reivindicação, através da liberação de recursos orçamentários.

O presente requerimento é motivado pela iniciativa do Ilustríssimo Senhor Luiz Albertini Filho, Diretor do Colégio Estadual Machado de Assis -

Ensino de 1.^o e 2.^o Graus, de Sertãoópolis.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está finda a leitura do expediente.

No pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Hermas Brandão, inscrito.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“Como diz o adágio popular - “A Justiça tarda mas não falha”, seja ela por ordem divina; isto é, à revelia dos homens; ou pela reparação de quem cometeu a injustiça. Nosso propósito aqui, desta tribuna, hoje, é trazer a público e informar especialmente aos meus companheiros, uma recente decisão judicial que recoloca as verdades dos fatos nos seus devidos lugares. Trata-se de um parecer prolatado pelo Digníssimo Promotor de Justiça Altino de Matos Santos, acolhido pelo Doutor Juiz da 7.^a Vara Criminal, determinando o arquivamento do inquérito policial montado para apurar supostos atos ilícitos praticados pelos Delegados de Polícia de Carreira. Luiz Fernando Vianna Artigas, Bóris Bove Barddal, e João Carlos Pires da Fonseca.

A denúncia, que deu origem ao referido Inquérito Policial é por demais conhecida dos ilustres companheiros desta Casa, pois, na época, abril deste ano, foi noticiado por toda a imprensa estadual, e partiu de uma empresa mineira fabricante de alarmes contra roubos, envolvendo uma empresa paranaense do mesmo ramo, ligada à família de um dos delegados denunciados. Provavelmente, incomodada com a concorrência que a empresa local lhe fazia, pois, esta poderia oferecer melhor atendimento e produtos a preços mais convidativos, a empresa de Minas Gerais decidiu buscar um atalho pernicioso e desleal, que lhe facilitasse o acesso, sem concorrentes, a clientes de porte deste Estado. Mediante ofício recheado de inverdades e de calúnias, a empresa Eletrônica Corrêa-Indústria e Segurança Ltda., constituída na terra das Alterosas, solicitou ao Líder de nossa Bancada, Deputado Nilso Sguarezzi, o encaminhamento de providências junto ao Excelentíssimo Senhor Secretário, alegando que se julgava em seu direito de competir no nosso mercado paranaense, em razão do abuso de cargos que os delegados acima referidos vinham exercendo nos negócios realizados pela firma paranaense.

Atendendo a um comportamento político a que se propôs o Governo José Richa de dar seguimento a todos os reclamos de nossa comunidade, o Deputado Nilso Sguarezzi enviou as denúncias ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança. Este, com base em investigações procedidas pela Coordenadoria de Informações da Secretaria de Segurança Pública determinou, entre outras providências, o injusto e intempestivo afastamento dos delegados das funções policiais que exerciam à época. Solicitou, também, o Senhor Secretário da Segurança Pública, a designação de um Promotor de Justiça para acompanhar as investigações que seriam realizadas a partir dali. Este apêndice inteligente da resolução secretarial só veio contribuir para que os denunciados respirassem uma esperança de justiça, embora não tenha reparado, de imediato, o inoportuno afastamento de seus cargos, isto porque

conforme ficou provado na declaração das testemunhas, os policiais denunciados jamais tiveram qualquer tipo de ingerência nos contactos ou empreendimentos realizados pela firma paranaense.

Luiz Fernando Artigas, Bóris Barddal e João Carlos Pires da Fonseca, são delegados de carreira há mais de quinze anos, de larga folha de serviços prestados em delegacias de polícia da Capital e interior do Estado. São profissionais dedicados à causa da Segurança Estadual, competentes e probros, não havendo em suas fichas funcionais quaisquer denúncias ou provas que arranhem a lisura de seu comportamento na função policial. A execração pública a que foram lançados, o escárnio e a ofensa à honra familiar e profissional, são marcas que os acompanharão pelo resto da vida, mesmo que a fundamentada decisão tenha vindo em seu socorro. Está aí, um estigma que nenhuma resolução secretarial irá eliminar.

Por isso, estamos ocupando esta tribuna, no dia de hoje, no vão esforço de reparar um dano causado à honra profissional e pessoal dos policiais acima referidos. Estamos aqui também, para, além de relatar o desfecho desse “affaire”, prestar um testemunho sobre a imparcialidade com que o Governador José Richa procura gerir a Administração do Estado. Nossa intenção não é reparar o prejuízo imposto a esses abnegados profissionais, porque isso jamais será conseguido, mas sim oferecer oportunidade e ensinar que tal exemplo sirva para que outros erros não sejam cometidos no futuro. E, que, a integridade moral de qualquer cidadão seja preservada até que provem que sua conduta envolva, comprovadamente, atos ilícitos ou imorais.

O parecer oferecido ao Inquérito pelo Digníssimo Promotor Altino Santos dá mais luz aos fatos denunciados. Diz ele que “após cuidadoso e esmiuçado incursionamento nos autos” e após ouvir declarações de vinte e três pessoas, opinou pelo arquivamento do referido inquérito, concluindo, finalmente por afirmar que os “fatos trazidos à nossa modesta apreciação são querelas comerciais e se restringem a descontentamento e inconformismo veiculados de forma e via impróprias”. Agora, malgrado o prejuízo moral que tudo acarretou resta-nos, tão somente, em nome da comunidade que representamos, oferecer nossa improrrogável reparação, dando a eles. Luiz Fernando Artigas, Bóris Barddal e João Carlos Pires Fonseca, uma recompensa moral e um reconhecimento público de sua lisura. Esperamos que as autoridades da área da Segurança Pública também façam o mesmo. senão de público, pelo menos, administrativamente, fazendo constar em suas fichas funcionais o despacho da autoridade judicial que os inocentou, bem como reconduzindo-os aos cargos que ocupavam na época.

Era o que tínhamos a dizer a respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Ervin Bonkoski. Ausente.

Não havendo orador inscrito no Grande Expediente, está encerrada a Hora do Expediente, passaremos à ORDEM DO DIA.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 120/84, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá nova redação aos artigos 5.º, 6.º e 10.º da Resolução n.º 57, de 29/06/84, e dá outras providências. (ASCENSÃO E PROGRESSÃO DE FUNCIONÁRIOS - ALEP). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 27/84, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que dá nova redação ao artigo 5.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981, na forma que especifica. (TRANSFERÊNCIA TERRITORIAL NÃO PODERÁ SER FEITA NO ANO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, por unanimidade, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 164/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 134/84), que objetiva alterar o dispositivo no "caput", do artigo 143, da Lei n.º 6.174 de 16/11/70, e dá outras providências. (Revisão de Proventos de Funcionários Civis Aposentados) e Mensagem Aditiva n.º 176/84, de 30/08/84, sobre a mesma matéria. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Ao referido Projeto, Emendas de Plenário de n.ºs 01 e 02, de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, bem como a Emenda de Plenário de n.º 03, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, devidamente apoiada, juntamente a Emenda n.º 4, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.º 1
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
N.º 164/84.

Ao Art. 5.º acrescente-se o seguinte parágrafo único:

Parágrafo Único - Para a concessão das referências aos professores regionalistas e não habilitados aposentados ou não, tome-se por base a Classe A, Nível 1, do Quadro Próprio do Magistério, obedecidos os percentuais determinados pelo artigo 34 da Lei n.º 7.424/80, combinado com o artigo 10, incisos I e II, da Lei 7.517/81.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.º 2
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
N.º 164/84.

Ao artigo 2.º acrescenta-se o seguinte inciso VI:

Inciso VI - Para os funcionários da Secretaria de Estado das Finanças aposentados até 1.º de março de 1980, na vigência da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978:

a) assegurando a incorporação aos proventos de inatividade dos servidores aposentados, até 1.º de março de 1980, na vigência da Lei n.º 7.051/78, os direitos e vantagens estabelecidos no caput do art. 24, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, da média dos valores incluídos a título de quotas de produtividade, de forma idêntica aos percentuais atribuídos aos servidores aposentados após a vigência da referida Lei, desde que tenham ocupado cargos e desempenhado funções iguais, quando ativos.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

Na Lei n.º 7.424, de 17/12/80, o art. 24, §§ 1.º, 2.º e 3.º, fixou a data de 1.º de março de 1980 como data limite para inclusão dos funcionários da Secretaria de Estado das Finanças, em atividade, nos benefícios, direitos e vantagens estabelecidos pela Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978. Dessa forma, foram excluídos os servidores da Secretaria de Estado das Finanças que se aposentaram na vigência da Lei n.º 7.051/78, mas, no período compreendido entre 06 de dezembro de 1978 - data da publicação da Lei n.º 7.051/78 e 1.º de março de 1980, conforme estabeleceu o art. 24 e §§ 1.º, 2.º e 3.º, da Lei n.º 7.424/80. Vimos na época que o legislador fez retroagir aqueles benefícios, direitos e vantagens à data de 1.º de março de 1980, se bem que a Lei n.º 7.424/80 tenha sido publicada em 23 de dezembro de 1980. Ocorre que tal fato estabeleceu um hiato na amplitude da Lei, fazendo com que cerca de uma dezena de funcionários da Secretaria de Estado das Finanças, aposentados no período acima mencionado, ficassem à margem da Lei após trinta e cinco anos de trabalhos dedicados àquela Pasta enquanto que, seus colegas de trabalho, aposentados na vigência da Lei n.º 7.424/80, mas após 1.º de março de 1980, obtivessem benefícios e vantagens a eles negados pelo disposto na legislação vigente. Vemos agora, no bojo do presente anteprojeto de Lei, dispositivos que visam regularizar distorções existentes em situações de aposentados, mesmo que tais aposentadorias tenham ocorrido em datas anteriores às leis ali mencionadas, com o objetivo claro de dar condições de uma aposentadoria digna àqueles que dedicaram suas vidas ao Serviço Público Estadual, e como estímulo aos atuais servidores em atividade, evidenciando-se o alto alcance social que ora é proposto. Seria este, então, o momento de corrigir a situação de uma dezena de funcionários da Secretaria de Estado das Finanças através da emenda proposta no inciso III, alínea c, do Art. 2.º, deste anteprojeto de lei.

Lembrete:

Um funcionário estadual poderia ter pertencido a outra Secretaria de Estado durante 34 anos e alguns meses, mas se no dia 1.º de março de 1980 estivesse lotado na Secretaria de Estado das Finanças, seria aposentado com todas as vantagens atribuídas pelo art. 24, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980. Por outro lado, um funcionário da Secretaria de Estado das Finanças que tivesse trabalhado na mesma, durante 35 anos e se aposentasse em fevereiro de 1980, não levaria nenhuma das vantagens estabelecidas

naquele diploma legal.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 3 AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 164/84

Art. 2º – Acrescente-se alínea “d” ao inciso III, do parágrafo único, do artigo 2º, com a seguinte redação:

“Art. 2º – ...

Parágrafo único – ...

III

a – ...

b – ...

c – ...

d – Dentro de 60 (sessenta) dias, na fase definitiva, com base no vencimento da 3ª, 2ª ou 1ª classe, respectivamente, conforme tenha se aposentado com, no mínimo, 31, 33 ou 35 anos de tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, com o valor integral previsto para jornada de 40 (quarenta) horas para as situações previstas nas alíneas “a” e “b” e 30 (trinta) horas para os beneficiados pela Lei nº 6.794, de 8 de junho de 1976.”

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

Apoio: NELSON VASCONCELLOS, CAÍTO
QUINTANA, SABINO CAMPOS,
ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A emenda constitui um ajustamento destinado a eliminar desigualdade de tratamento para situações idênticas, como acontece nos incisos III e IV, do parágrafo único, do artigo 2º.

O inciso IV estabelece a equivalência de forma irrestrita, garantindo ao aposentado a revisão dos proventos com base em todas as referências da amplitude da carreira, enquanto o inciso III limita a revisão ao vencimento da 4ª classe.

Em relação aos integrantes da carreira do Magistério, inciso V, o anteprojeto também não faz qualquer limitação.

É importante destacar que, tanto no inciso IV como no V, o critério para a fixação da referência é o tempo de serviço.

Com a modificação proposta, poderá o anteprojeto, criteriosamente, atender ao seu real objetivo, dentro do espírito de justiça que o inspirou.

EMENDA ADITIVA DE Nº 04 AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 164/84

MENSAGEM Nº 176/84

Curitiba, 30 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem nº 134/84, de 25 de junho próximo passado, cujo Projeto de Lei, dispondo sobre procedimentos com vistas à revisão de proventos de funcionários civis aposentados do Poder Executivo, encontra-se em tramitação nessa Augusta Casa de Leis, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência as providências que se fizerem necessárias no sentido de que a redação do art. 6º, do mencionado Projeto de Lei seja substituída pela que segue:

Art. 6º – O art. 1º, da Lei nº 6.794, de 08 de junho de 1976, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º – O funcionários que tiver percebido em períodos diferentes, as gratificações de que tratam os incisos II e III, do art. 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, terá incorporado aos seus proventos de aposentadoria, o valor correspondente à maior média percebida durante 12 (doze) meses, desde que a percepção dessas gratificações some 3 (três) anos ininterruptos ou 5 (cinco) anos alternados, a qual incidirá sobre o valor do vencimento do cargo que estiver exercendo na data da aposentadoria ou, se for o caso, sobre o valor dos proventos assegurados pelo inciso III do art. 140, da Lei nº 6.174/70”.

Parágrafo único – Ficam revogados os arts. 2º e 3º da Lei nº 6.794, de 08 de junho de 1976.

O aditamento, ora proposto, decorre de reexame procedido após o encaminhamento da referida Mensagem nº 134/84, quando constatou-se a necessidade de que as disposições constantes da atual redação do art. 4º da citada Lei 6.794/76, devem ser mantidas a fim de que o benefício de que tratam possa ser concedido livre de quaisquer dúvidas que poderiam advir de interpretações incompatíveis com os reais objetivos da Lei.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

Está em discussão o Projeto, ressalvada a Emenda.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Solicito que se faça a leitura da emenda.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer)

A Mesa solicita ao 1º Secretário que faça a leitura da Emenda nº 1.

“Acrescente-se alínea D, ao inciso 3º do parágrafo único. (Termina de ler a 1ª emenda). Autor Deputado Kirinus. Está em votação o Projeto ressalvadas as emendas. APROVADO, artigo por artigo.

A Mesa solicita também ao 1º Secretário que faça a leitura da emenda nº 1 e nº 2 de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos.

“Ao artigo 5º acrescente-se o seguinte § único: (Termina de ler Emenda nº 1).

Emenda nº 2: “Ao ...

O SR. 1º SECRETÁRIO – (Lendo a Emenda nº 2)

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) Está em votação a Emenda nº 1. APROVADA. Em votação a Emenda nº 2. APROVADA. Em votação a Emenda nº 3. APROVADA. Em votação a Emenda nº 4. APROVADA.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei nº 64/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que veda a exclusão, para fins de destinação de recursos financeiros, os municípios cujas contas não tenham sido aprovadas pelo Egrégio Tribunal de Contas, sob a alegação de “CONTAS IRREGULARES”. Com PARECER FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. e PARECER FAVORÁVEL da C.F. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.,

por unanimidade.

Ao referido Projeto, Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 64/83**

Art. 1.º — Fica o Tribunal de Contas do Estado autorizado a liberar os órgãos do Governo do Estado a fornecer auxílios financeiros e celebrar convênios com Prefeituras Municipais cujas prestações de contas apresentaram irregularidades formais nos exercícios de 1981, 1982 e 1983.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
ANIBAL KHURY — Relator

Em discussão o Projeto de Lei e o Substitutivo Geral. — Encerrada a discussão. Em votação o Substitutivo Geral. — **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 65/83, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que cria na estrutura da Secretaria da Educação e Cultura, sob a supervisão ao CETEPAR, o setor de recursos à distância, com aproveitamento de material e pessoal já existentes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 93/83, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS — ASSERVI", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 145/83, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Paranavaí, a Escola Técnica de Agricultura nível de 2.º Grau, com o nome de "Colégio Agrícola HEITOR ALENCAR FURTADO". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E. e C.A., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 150/83, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública o Conselho Paroquial da Comunidade Católica de "São Sebastião", com sede e foro na Cidade de Andará. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 169/83, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA E OUTROS, que autoriza o Poder Executivo a transformar em Órgão de Regime Especial a Escola para Menores Professor Queiróz Filho. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 195/83, de autoria do Deputado DONATO GULIN, que autoriza o Poder Executivo criar o "FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO LEGISLADOR MUNICIPAL — FUMPLEM", e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 224/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 147/83), que dispõe sobre possibilidade de recolhimento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis — ITBI, sem juros, multa e correção monetária, na forma e condições que especifica, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 237/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que denomina "RODOVIA URBANO PEDRONI" a PR - 467, que interliga os Municípios de Presidente Castelo Branco, Florai e São Carlos do Ivaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 23/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO E OUTROS, que estabelece índices para o aumento de tributos no Estado do Paraná, conforme especifica e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 30/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 69/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar a "SOCIEDADE FILANTRÓPICA HUMANITAS", de São Jerônimo da Serra, o lote n.º 4, da Gleba 2, 2.ª parte da Colônia São Jerônimo, situada no Município de São Jerônimo da Serra, com área de 64,2 hectares. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 55/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que assegura a incorporação aos Proventos de que trata o Art. 2.º da Lei n.º 7.507, de 15.10.81, aos Professores que tenham recebido gratificação de Regência de Classe durante três períodos letivos consecutivos, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 84/84 (Mensagem n.º 31/84 - ex-Proposição n.º 34/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 06.05.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de São João do Caiuá, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do "PROSAFRAS/83" **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 85/84, (Mensagem n.º 49/84 - ex-Proposição n.º 85/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 10.08.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras públicas em conformidade com o “PRODOPAR”. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 86/84, (Mensagem n.º 51/84 - ex-Proposição n.º 60/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado em 05.01.84, através da Secretaria do Planejamento, com interveniência da SUDESUL e os municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle sanitário. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 87/84, (Mensagem n.º 33/84 - ex-Proposição n.º 36/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Amaporã em 13.10.83, e Sapopema em 08.07.83, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 88/84, (Mensagem n.º 46/84 - ex-Proposição n.º 89/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 89/84, (Mensagem n.º 124/83 - ex-Proposição n.º 125/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que revigora Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, visando execução de obras convencionadas. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 90/84, (Mensagem n.º 29/84 - ex-Proposição n.º 32), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 284/84, celebrado em 08.07.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Santa Helena, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução

n.º 91/84, (Mensagem n.º 32/84 - ex-Proposição n.º 35/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira 79/83, celebrado em 09/05/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Enéas Marques, objetivando adoção de ação conjunta com vistas a execução de “PROSAFRAS/83. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 92/84, (mensagem n.º 130/84 - ex-Proposição n.º 52/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08/07/83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Londrina e Mamborê, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 93/84, (Mensagem n.º 132/83 - ex-Proposição n.º 53/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08/07/83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 94/84, (Mensagem n.º 56/84 - ex-Proposição n.º 61/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Convênio, entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando execução de obras de controle da erosão, em conformidade com o “PRONOROESTE”. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 95/84, (Mensagem n.º 76/84 - ex-Proposição n.º 76/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 97/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI E OUTROS, que denomina “JARDIM 25 DE ABRIL”. O Jardim suspenso do Anexo da Assembléia Legislativa, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 97/84, por trinta (30) sessões. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n.º 97/84, por trinta (30) sessões.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 101/84, (Mensagem n.º 101/84 - ex-Proposição n.º 100/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 102/84, (Mensagem n.º 98/84 - ex-Proposição n.º 103/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Boa Vista da Aparecida, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 103/84, (Mensagem n.º 95/84 - ex-Proposição n.º 106/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 104/84, (Mensagem n.º 94/84 - ex-Proposição n.º 107/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 19/03/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana, conforme PRONOROESTE. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 105/84 (Mensagem n.º 99/84 - ex-Proposição n.º 102/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e municípios adiante relacionados, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 106/84 (Mensagem n.º 93/84 - ex-Proposição n.º 108/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com participação da COMEC e municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 109/84

(Mensagem n.º 106/84 - ex-Proposição n.º 115/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Convênios celebrados em 12/04/84, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética". **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 110/84 (Mensagem n.º 103/84 - ex-Proposição n.º 99/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 31/12/83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Piên, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 111/84 (Mensagem n.º 100/84 - ex-Proposição n.º 101/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade, da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Tamboara, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 112/84 (Mensagem n.º 96/84 - ex-Proposição n.º 105/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando melhorias das condições operacionais nos aeroportos daqueles Municípios. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 114/84 (Mensagem n.º 97/84 - ex-Proposição n.º 104/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 03/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que altera os seguintes dispositivos da Lei n.º 6.174, de 16/11/70 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO ESTADO) no Capítulo III - Da Aposentadoria - Artigo 140 - Modificação no Inciso II e § 2º. No Capítulo VI - Vencimento e da Remuneração - Artigo 159 e acresce Incisos e Parágrafos, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publicado no D.A. n.º 003, de 12/03/84).

PROJETO DE LEI Nº 03/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - O inciso II e o parágrafo segundo do artigo 140 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passam a ter a seguinte redação:

II - Com provento correspondente ao vencimento ou remuneração integral do cargo efetivo, acrescido das vantagens previstas no artigo 159.

§ 2.º - No caso do funcionário que, para o exercício de cargo em comissão, tiver optado pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da gratificação prevista no § 4.º do artigo 159, entende-se por vantagem do cargo em comissão, para os efeitos deste artigo, a percepção dessa gratificação.

Art. 2.º - O "caput" e parágrafos do artigo 159 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 159 - Ao funcionário efetivo que exercer cargo em comissão ou função gratificada, fica assegurada a incorporação ao vencimento do cargo efetivo, da importância correspondente a:

I - Um quinto (1/5) da diferença entre os valores do vencimento do cargo efetivo e os da comissão ou gratificação, por ano completo de exercício nesses cargos e a partir do sexto (6.º) ano, se contar seis (6) anos completos, consecutivos ou não, de exercício nesses cargos ou funções, até o limite de cinco (5) frações de um quinto; ou

II - cem por cento (100%) do valor da função gratificada ou setenta por cento (70%) do valor

do cargo em comissão de símbolo mais elevado, dentre os cargos e funções ocupados por prazo superior a um (1) ano, se contar dez (10) anos consecutivos ou quinze (15) anos alternados de exercício em cargo comissionado ou em função gratificada.

§ 1.º - Enquanto exercer o cargo em comissão ou função de confiança o funcionário não perceberá a vantagem de que trata este artigo, salvo se optar pelo vencimento do cargo efetivo.

§ 2.º - O funcionário que vier a exercer cargo em comissão ou função de confiança de valor superior aos já exercidos poderá optar pela atualização dos valores a que fez jus, mediante novos cálculos com base no vencimento ou gratificação desses cargos ou funções de maior valor.

§ 3.º - A contagem do período de exercício a que se refere este artigo terá início a partir do primeiro provimento em cargo em comissão ou função de confiança.

§ 4.º - Não satisfeitos as condições temporais deste artigo, ao funcionário nomeado para o exercício de cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa, correspondente a vinte por cento (20%) do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo, enquanto o exercer.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

Os funcionários a serem beneficiados por estas disposições são, em verdade, os principais esteios da Administração, pois, apesar das naturais substituições na cúpula diretiva, esses funcionários permanecem prestando valiosos serviços, uma vez

que, por sua capacidade, idoneidade e dedicação, normalmente se sobrepõem às costumeiras alterações de "staff".

Entretanto, e não obstante sua colaboração se faça necessária por longos períodos, abrangendo mesmo várias legislaturas, não estão a salvo de surpresas desagradáveis, somente compensadas por ocasião de suas aposentadorias, pela aplicação do inciso III do artigo 140 do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

O dispositivo supracitado é prova cabal do alto apreço que tem a Administração por seus funcionários que vêm a ocupar cargos comissionados ou funções gratificadas.

Igual ou melhor tratamento também lhes dispensam outras unidades da Federação a exemplo do que ocorre nos Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro, que lhes asseguram a percepção de determinadas vantagens na atividade, em reconhecimento pelos serviços prestados.

Não está, pois a inovar. Busca-se tão somente suprir uma lacuna existente em nossa legislação e ao mesmo tempo estimular - a todos quantos possam vir a ser beneficiados - a trabalharem com maior denodo e afincio pelo nosso Estado do Paraná.

Acresce notar que as alterações ora introduzidas premiarão com maior justiça as diversas situações funcionais possíveis.

Exemplificando, veja-se a situação dos seguintes funcionários:

FUNCIONÁRIO A - exerce função gratificada por quatro (4) anos e cargo em comissão por um (1) ano;

FUNCIONÁRIO B - exerce, função gratificada por 6 (seis) anos e cargo em comissão por dois (2) anos;

FUNCIONÁRIO C - exerce, em períodos descontínuos, função gratificada por seis (6) anos e cargo em comissão por seis (6) anos.

FUNCIONÁRIO D - exerce, ininterruptamente, função gratificada ou cargo em comissão durante mais de dez (10) anos ou, alternadamente, durante quinze (15) ou mais anos.

Ao funcionário "A" cabe o direito já assegurado pela atual legislação de aposentar-se com vencimento do cargo em comissão ou com o vencimento de seu cargo efetivo acrescido de gratificação correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do cargo em comissão.

Ao funcionário "B", além do direito assegurado ao funcionário "A", é facultado optar pela incorporação de um quinto (1/5) da diferença entre seu cargo efetivo e a função gratificada (correspondente ao 6.º ano) e de dois quintos (2/5) da diferença para o cargo em comissão (7.º e 8.º anos).

Ao funcionário "C" são assegurados os mesmos direitos do funcionário "B", porém com direito à diferença integral entre o seu cargo efetivo e a função gratificada ou comissão, em virtude da incorporação dos cinco quintos (5/5) calculados do 6.º ao 10.º ano.

Finalmente, ao funcionário "D", sempre respeitado o direito de optar pelas vantagens concedidas nos exemplos anteriores, é facultada a incorporação, ao vencimento do cargo efetivo, do valor da função gratificada ou de setenta

por cento (70%) do valor do cargo em comissão exercido.

Veja-se que na atual sistemática assistem as mesmas vantagens aos funcionários "A" e "D" o que, senão, revela uma injustiça, evidenciando igual tratamento para seres desiguais, que não é a melhor forma de justiça.

Observe-se, em conclusão, que haverá respeito à hierarquia funcional no caso de dois funcionários que detenham cargos efetivos distintos, mas ocupem cargos em comissão idênticos e preencham as condições exemplificadas para o funcionário "D". Neste caso, aquele que ascendeu aos maiores cargos de sua carreira manterá a diferença existente entre o seu cargo efetivo e o cargo efetivo do outro funcionário.

Merece registro, em última análise, a observação de que a perda do cargo comissionado ainda resultará em prejuízo para quem o ocupava, visto deixar de perceber a verba de representação, que, em alguns casos, quase corresponde ao valor do vencimento do cargo comissionado.

Por essas razões parece-nos ser não apenas oportuna mas imperiosa a adoção das medidas aqui preconizadas.

LEGISLAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Lei n.º 5851, de 14/04/81 - Dá nova redação ao artigo 101 da Lei n.º 4425/70, assegurando a percepção da remuneração do cargo em comissão mais elevado exercido por período não inferior a um ano, desde que tenha exercido cargos comissionados ou funções gratificadas por período igual ou superior a dez anos.

Lei n.º 6191, de 08/12/82 - (Artigos 24 a 26) - Adiciona ao vencimento do cargo efetivo, a partir do 6.º ano, por ano de exercício, um quinto (1/5) da diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o do comissionado ou da função gratificada.

Lei n.º 6270, de 19/10/83 - O artigo 9.º estende à Administração Indireta as disposições dos artigos 24 a 26 da Lei n.º 6191/82.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Lei n.º 530, de 04/03/82 - (Artigos 10 a 12) - Assegura a percepção da função gratificada ou de setenta por cento (70%) do valor do cargo em comissão exercido por um ano, ao funcionário que contar com dez anos consecutivos ou quinze alternados de exercício em cargos comissionados ou funções gratificadas.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Lei n.º 94, de 14/03/79 - Os artigos 129 a 131 asseguram as mesmas vantagens dos artigos 10 a 12 da Lei n.º 530/82 do Estado do Rio de Janeiro.

OBS: Esta em tramitação um projeto de lei que objetiva aprimorar a concessão dessas vantagens concedendo-as também na forma de um quinto (1/5) a partir do sexto ano, nos moldes da legislação

do Estado de Santa Catarina.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VOTO EM SEPARADO AO PARECER DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 03/84.

A proposição de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, tem por objetivo alterar dispositivos da Lei n.º 6.174 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná.

A matéria já analisada pelo relator anteriormente designado mereceu seu parecer favorável com o qual estamos de pleno acordo.

No entanto, visando aprimorar o seu texto apresentamos Emenda Substitutiva, para melhor definir a intenção de seu autor, dentro da norma legal que pretende modificar.

É o voto em separado que apresentamos juntamente com a emenda substitutiva, anexa.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

IVAN GUBERT

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 03/84

Art. 1.º - o Art. 140, da Lei 6.174 - de 16 de novembro de 1970 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso II -

"Art. 140 -

I -

II - Com proventos correspondente ao vencimento ou remuneração integral do cargo efetivo, acrescido das vantagens previstas no art. 159.

Art. 2.º - O art. 159 da Lei 6.174 - de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159 - Ao funcionário efetivo que exercer cargo em comissão ou função gratificada, fica assegurada a incorporação ao vencimento do cargo efetivo, da importância correspondente a:

I - um quinto (1/5) da diferença entre os valores do vencimento do cargo efetivo e os da comissão ou gratificação, por ano completo de exercício nesses cargos e a partir do sexto (6.º) ano, se contar seis (6) anos completos, consecutivos ou não, de exercício nesses cargos ou funções, até o limite de cinco (5) frações de um quinto; ou

II - cem por cento (100%) do valor da função gratificada ou setenta por cento (70%) do valor do cargo em comissão de símbolo mais elevado, dentre os cargos e funções ocupados por prazo superior a um (1) ano, se contar dez (10) anos consecutivos ou quinze (15) anos alternados de exercício em cargo comissionado ou em função gratificada.

§ 1.º - Enquanto exercer o cargo em comissão ou função de confiança o funcionário não perceberá a vantagem de que trata este artigo, salvo se optar pelo vencimento do cargo efetivo.

§ 2.º - O funcionário que vier a exercer cargo

em comissão ou função de confiança de valor superior aos já exercidos poderá optar pela atualização dos valores a que fez jus, mediante novos cálculos com base no vencimento ou gratificação desses cargos ou funções de maior valor.

§ 3.º — A contagem do período de exercício a que se refere este artigo terá início a partir do primeiro provimento em cargo em comissão ou função de confiança.

§ 4.º — Não satisfeitas as condições temporais deste artigo, ao funcionário nomeado para o exercício de cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa, correspondente a vinte por cento (20%) do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo, enquanto o exercer.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
IVAN GUBERT — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei Complementar n.º 03/84

A proposição em exame, iniciativa do ilustre Deputado Rubens Bueno, propõe alterar disposições da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 — Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná.

Objeto de apreciação por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável, com ressalvas, dado o vício de origem.

Por outro lado, buscando aprimorar e dar melhor definição ao intento do autor, a C.C.J., achou por bem apresentar uma emenda substitutiva.

No que cabe a esta Comissão de Finanças observar, embora persista a objeção constitucional, não podemos deixar de levar em conta o elevado alcance social da medida.

Portanto, tendo em consideração que a sanção por parte do Poder Executivo pode sanar tais óbices, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Lei Complementar em pauta, opinando, contudo, pela aprovação da Emenda Substitutiva oriunda da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em

(a) ERVIN BONKOSKI — Presidente e Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei Complementar n.º 03/84

A proposição em tela de autoria do ilustre Deputado Rubens Bueno, propõe alterar disposições da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 — Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça houve por bem apresentar uma Emenda Substitutiva, dando parecer favorável, com ressalvas, dado o vício de origem, bem como, se manifestou favoravelmente ao Projeto a Comissão de Finanças, opinando, contudo, pela aprovação da Emenda Substitutiva.

No mérito, em que é chamada a opinar esta Comissão de Recursos Humanos, à vista do exposto e entendendo da maior oportunidade e conveniência, manifesta-se no mesmo sentido das outras comissões que examinaram a matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1984.

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente;

NELSON VASCONCELLOS — Relator.

Está em discussão.

O SR. RUBENS BUENO — (Questão de Ordem) Sr.

Presidente, Vossa Excelência anunciou o Projeto de Lei Complementar n.º 384 e é o Projeto de Lei Complementar n.º 03/84.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Projeto de Lei Complementar n.º 03/84.

Em votação. Aprovado, por unanimidade.

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 58/84, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que dispõe que os novilhos, matrizes e reprodutores que forem comercializados nas Feiras de Gado credenciadas pelo Poder Executivo, ficam isentos do pagamento do I.C.M. e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado. (Publicado no D.A. 20, de 09/04/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 58/84

De autoria do nobre Deputado Antonio Annibelli, que dispõe que os novilhos, matrizes e reprodutores que forem comercializados nas feiras de gado credenciadas pelo Poder Executivo, ficam isentos do pagamento do ICM e dá outras providências.

Tendo em vista o grande alcance sócio-econômico da medida, uma vez que a mesma incentiva a comercialização do gado bovino, somos pela sua APROVAÇÃO, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA que anexo apresentamos.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 58/84

Art. 1.º — Fica isenta de pagamento de I.C.M., a comercialização de novilho, matrizes e reprodutores em feiras agropecuárias promovidas pelas municipalidades paranaense, quando em convênios com o Estado.

§ 1.º — A isenção de que trata o presente art., somente atingirá as reses que estiverem adstritas às áreas e perímetros devidamente delimitados pelas feiras.

§ 2.º — Para a isenção deste art., serão considerados novilhos as reses até 10 (dez) meses, matrizes, as reses até 2 (dois) anos e reprodutores as reses até 3 (três) anos.

Art. 2.º — Os adquirentes de reses nas feiras de gado para gozarem do benefício de que trata o art. 1.º, terão que manter em seus plantéis, as unidades adquiridas pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

Parágrafo único — o não cumprimento do estabelecido neste art., implicará no pagamento em dobro do imposto devido.

Art. 3.º — A isenção de que trata esta lei somente será aplicada aos pecuaristas que possuam propriedades rurais no território paranaense.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 58/84

A matéria em pauta, Projeto de autoria do ilustre Deputado Antônio Martins Annibelli, já recebeu o necessário parecer favorável, com Emenda Substitutiva da Colenda Comissão de Constituição e Justiça.

O objetivo da presente é isentar do pagamento de ICM os novilhos, matrizes e reprodutores que forem comercializados nas feiras de gado em nosso Estado.

A medida é de inegável oportunidade, visto que com a aprovação de referido Projeto muito irá se beneficiar os pecuaristas paranaenses incentivando-os para que promovam o crescimento de seus plantéis.

Sobre o aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que a mesma virá atender os interesses do povo, através da pecuária.

Com o exposto, está plenamente justificada a medida proposta, razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

EZEQUIAS LOSSO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de lei n.º 59/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que dispõe sobre criação de espaço para fins publicitários na contracapa dos Livros Didáticos utilizados pela Rede de Ensino Público de 1º e 2º Graus, bem como em todo material escolar e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade.
Aprovado. (Publicado no D.A. 09/04/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 59/84

De autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi o presente projeto de lei tem por finalidade a criação de espaço para fins publicitários na contracapa dos livros didáticos conforme estabelece.

Nos termos constitucionais, a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que a matéria não fere qualquer dispositivo legal ou constitucional em vigor.

Deixando-se a análise dos demais aspectos, inclusive sobre o mérito, para a Comissão de Educação, que por certo irá encaminhá-lo posteriormente, nos manifestamos favoráveis ao Plano de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

EZEQUIAS LOSSO — Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 59/84

De autoria do nobre Deputado Estadual Nilso Sguarezi, o presente projeto de lei cria espaço para fins publicitários na contracapa dos livros didáticos utilizados pela rede de ensino público do 1º e 2º Graus, bem como em todo o material escolar.

Quanto à técnica legislativa, no Art. 2º a redação deve ser: Fica CRIADA a inserção ...; no Art. 3º, bebidas de QUALQUER natureza ... Estas sugestões

visam a dar maior clareza à Lei.

Quanto à constitucionalidade, seguimos o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposta é perfeitamente consentânea com a necessidade de busca de alternativas capazes de minorar os efeitos do arrocho tributário que é imposto aos Estados da Federação e do descompromisso crescente da União com o ensino básico, médio e superior. Somos, portanto, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1984.

(aa) TADEU FRANÇA — Presidente;

SÉRGIO SPADA — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 77/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA GUSSO E JARDIM PARANÁ", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.
Aprovado. (Publicado D.A. 23, de 12/04/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 77/84.

Com o presente Plano de Lei a nobre Deputada Irondi Pugliesi, deseja seja declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores e Amigos da Vila Gusso e Jardim Paraná", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Examinando o processado, verifiquei que a farta documentação que o instrui, atende perfeitamente a todas as exigências da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ERVIN BONKOSKI — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 84/84, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que cria o Distrito Administrativo de Vidigal, no Município de Cianorte, com sede no Município de Cianorte. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.
Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 24, de 16/04/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 84/84

De autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, objetiva o presente projeto criar, no Município de Cianorte, o Distrito Administrativo de VIDIGAL, cujos limites constam da documentação anexa.

Efetivamente a localidade acima aludida apresenta um surto de progresso bastante convincente, o que lhe proporciona condições de ser elevado à categoria de Distrito.

Os requisitos exigidos pelo Art. 9º da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, estão preenchidos.

Nestas condições, opinamos favoravelmente e

nos manifestamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
GILBERTO CARVALHO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 84/84

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Dirceu Mantrinato visa criar o Distrito Administrativo de Vidigal no município de Cianorte.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada há que opinar sobre a Proposição, já que no aspecto financeiro não há qualquer implicação com a sua execução.

Favórável é o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;
GABRIEL MANOEL – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 95/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a “IGREJA METODISTA CENTRAL”, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 30, de 26/04/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 95/84

De autoria do ilustre Deputado Roberto Requião, o presente Plano de Lei visa declarar de utilidade pública a “Igreja Metodista Central”, com sede e foro em Curitiba.

Obediente aos ditames legais e regimentais, encontra-se o processado imune de vícios ou omissões, merecendo dessa forma, a aprovação desta Comissão, na forma do substitutivo em anexo.

Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO – Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 95/84

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DA IGREJA METODISTA” – Seção do Paraná, com sede e foro na Comarca de Curitiba.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 101/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro do Campo Alto, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 33, de 07/05/84).

Curitiba, quarta, em 19/09/84.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 101/84

Com o presente Plano de Lei o nobre Deputado Roberto Requião de Mello e Silva, deseja seja declarada de utilidade pública a “Associação dos Moradores e Amigos do Bairro do Campo Alto”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Examinando o processado, verifiquei a documentação que o instrui, atende perfeitamente a todas as exigências da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
IVAN GUBERT – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 102/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de utilidade pública o Centro de Pesquisa, Orientação e Assistência à Família – CPOAF., com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 33, de 07/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 102/84

De autoria do nobre Deputado Edgard Pimentel, o projeto de lei em pauta pretende declarar de utilidade pública o “Centro de Pesquisa, Orientação e Assistência à Família”, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Inscrita no Registro de Pessoas Jurídicas do 1.º ofício de Cascavel, sob n.º 363, do Livro “A”, está devidamente comprovado pela documentação anexa ao referido Projeto de Lei que a entidade preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que disciplinou a declaração de utilidade pública.

Assim, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei n.º 102/84, na sua forma original.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
CAÍTO QUINTANA – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 107/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que denomina ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR IVO ZANLORENZI – Ensino de 1.º Grau Regular e Supletivo, a atual Escola Embaixador Lincoln Gordon em Campo Comprido, nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 42, de 22/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 107/84

O ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos pretende, com o presente Projeto de Lei, alterar a denominação à Escola Estadual Embaixador Lincoln Gordon, nesta Capital.

A proposição daquele parlamentar quer que a nova denominação do referido estabelecimento de

ensino seja Escola Estadual Monsenhor Ivo Zanlorenzi - Ensino 1.º Grau Regular e Supletivo.

A intenção, com tal medida, é homenagear, de maneira simples e singela, o sacerdote e educador que destacou-se pela brilhante inteligência, pela vivacidade dialética em suas aulas, pelo dom oratório e por uma linguagem fluente e convincente e por sua metodologia aceita por todos.

No que cabe ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos qualquer óbice constitucional, legal ou regimental à tramitação da matéria.

Portanto, manifestamos nosso parecer favorável ao projeto de lei em pauta, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

ERVIN BONKOSKI
Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 107/84.

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Adnaíl Sprenger Passos, o presente plano de lei tem por finalidade denominar "Monsenhor Ivo Zanlorenzi", a escola Estadual que especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Educação, chamada a opinar sobre o mérito, temos que, de acordo com a justificativa apresentada pelo seu autor, tal denominação tem por objetivo prestar singela homenagem póstuma a um dos educadores de nosso Estado, que durante a sua vida muito de si propiciou para o ensino de nossa juventude.

Congratulando-nos com a meritória intenção de seu autor, das mais justas, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) TADEU FRANÇA

Presidente

ANTÔNIO BELINATI

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 154/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de utilidade pública a "UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL - REGIÃO DO PARANÁ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Publicado no D.A. 59, de 25/06/84.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 154/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei, da lavra do eminente Deputado NELSON VASCONCELLOS, tem por escopo a declaração de Utilidade Pública da "UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL - REGIÃO DO

PARANA, com sede em Curitiba.

A iniciativa está conforme a legislação que rege a matéria, estando em condições de seguir o trâmite normal.

O Parecer, portanto, é pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

EZEQUIAS LOSSO
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 155/84, de autoria do Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, que denomina Distrito Administrativo de NOVA TEBAS, o atual Distrito Administrativo de BELA VISTA, no Município de Pitanga, mantidas suas divisas, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA; Aprovado. Publicado no D.A. 60, de 26/6/84.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 155/84.

PARECER:

Com o presente projeto o nobre Deputado Artagão de Mattos Leão, pretende denominar de NOVA TEBAS o atual Distrito Administrativo de BELA VISTA, no Município de Pitanga.

Conforme os termos da justificativa anexa, a localidade de Bela Vista não alcançou o progresso desejado desde a sua criação, enquanto que o povoado vizinho de Nova Tebas teve notável crescimento, sobrepujando em edificações e em número de habitantes o povoado irmão.

Justa, pois, a reivindicação da laboriosa população local.

Quanto a parte legal a que é chamada a opinar esta Comissão, tal alteração de nome do Distrito, obedece, o disposto na Lei Complementar nº 2 (Lei Orgânica dos Municípios), no Parágrafo único de seu art. 3º, porquanto, se fez pelo voto favorável de 2/3 dos Membros da Câmara Municipal daquele município e com a necessária representação à Assembléia Legislativa do Estado.

Pelo qual, nosso parecer é favorável, por sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 210/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 169/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 1.350.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com Serviços de Terceiros da Subchefia de Comunicação Social no corrente exercício, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 210/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um Crédito Especial no valor de Cr\$ 1.350.000.000,00 (hum bilhão, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) no vigente orçamento da Subchefia de Comunicação Social, destinados a cobrir despesas com Serviços de Terceiros.

Art. 2º - Servirá como recursos para a cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, o estabelecido no § 1º, item II, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de setembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 210/84.

MENSAGEM Nº 169/84.

PARECER:

Em obediência à Constituição, o Governador encaminha a esta Casa o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 1.350.000.000,00 (hum bilhão, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) destinados a atender despesas com serviços de terceiros da Subchefia de Comunicação Social, no corrente exercício conforme especifica.

Tendo sido obedecidos os preceitos constitucionais, que regulam a matéria, opinamos favoravelmente à Mensagem.

Sala das Sessões, em 5 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 210/84

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 169/84, tem por finalidade obter autorização para abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 1.350.000.000,00 (hum bilhão, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Subchefia de Comunicação Social, destinados a atender despesas com Serviços de Terceiros.

Sobre a matéria houve parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Ao analisar o aspecto financeiro do presente Projeto, constatamos que os recursos necessários para a cobertura do presente crédito, são provenientes do excesso da arrecadação do Tesouro Geral do Estado, conforme estabelecido no parágrafo 1º item II do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Nestas condições e considerando o relevante interesse público da matéria, opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 223/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 179/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 1.433.000.000,00 (hum bilhão, quatrocentos e trinta e três milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais da FIDEPAR, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 223/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 1.433.000.000,00 (hum bilhão, quatrocentos e trinta e três milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, destinados à cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior o estabelecido no § 1º, item II, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, oriundos da própria entidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de setembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 223/84

PARECER:

O presente Projeto de Lei nº 223/84, oriundo da Mensagem Governamental nº 179/84, tem por objetivo obter autorização para abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 1.433.000.000,00 (hum bilhão, quatrocentos e trinta e três milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais da FIDEPAR.

Analisando-se o seu aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que conforme estabelece a Carta Magna: tal iniciativa é de competência do Chefe do Poder Executivo, e conforme esclarece a mensagem tal Crédito Especial destina-se à cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais da FIDEPAR.

Assim, legal e Constitucionalmente a matéria está em condições de ser aprovada por esta Casa.

Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 223/84

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 179/84, tem por finalidade

obter autorização para abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 1.433.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e três milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais da FIDEPAR.

Sobre a matéria houve parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Ao analisar o aspecto financeiro do presente Projeto, constatamos que os recursos necessários para a cobertura do presente crédito, são provenientes do excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado, conforme estabelecido no parágrafo 1.º, item II do artigo 43 da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Nestas condições e considerando o relevante interesse da matéria, opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

DIRCEU MANFRINATO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n.º 166/84, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 04/84, de autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA que autoriza que autoriza o Poder Executivo estabelecer normas e critérios visando a contratação pelas Repartições Públicas Estaduais da Administração Direta e Indireta de Menores pertencentes às Guardas Mirins existentes no Estado e dá outras providências. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade. Em votação o Projeto. Rejeitado o projeto e mantido o veto.

Of. n.º DTL/97/84

Curitiba, 13 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 70/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 04/84, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a adoção de normas e critérios para contratação, pelos órgãos da administração direta e indireta do Estado, de menores pertencentes às Guardas-Mirins existentes no Estado do Paraná, estabelecendo a retenção de 50% (cinquenta por cento) dos respectivos salários, para depósito em Caderneta de Poupança em estabelecimento bancário oficial.

O veto aposto ao Projeto de lei em exame não decorre tão somente do disposto nas letras b e c, do § 1.º, do art. 25, da Constituição Estadual, onde é conferida ao Governador do Estado a competência para início do processo legislativo da matéria, mas, também, porque os menores pertencentes às Guardas-Mirins que prestam serviços aos órgãos da Administração, o fazem através de Convênios celebrados entre tais órgãos e o Instituto de Assistência ao Menor, sem qualquer vínculo empregatício, percebendo, via o referido Instituto, uma "bolsa auxílio para treinamento". Não obstante essa circunstância, e se houvesse vínculo de emprego a medida, mesmo assim, não encontraria harmonia nem condições de exequibilidade

pois que, pela Consolidação das Leis do Trabalho, não há nenhuma permissibilidade à preconizada retenção de salário.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N.º 04/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer normas e critérios visando a contratação pelas repartições públicas estaduais da Administração Direta e Indireta de menores pertencentes às Guardas-Mirins existentes no Estado.

Art. 2.º - Dos vencimentos a serem pagos pelos serviços executados pelos menores, 50% (cinquenta por cento) do valor a ser percebido, deverá ser depositado em Caderneta de Poupança em estabelecimento bancário oficial, pelos órgãos competentes dos menores, vinculando-se a respectiva conta com a cláusula de retirada após a maioridade legal.

Art. 3.º - Através de Decreto, o Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias após a publicação desta lei, estabelecerá normas para aplicação do estabelecido no artigo 1.º desta lei.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de junho de 1984.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 166/84

PARECER:

A Proposição em tela é oriunda de Veto Governamental a Projeto de Lei de autoria da nobre Deputada Amélia de Almeida Hruschka.

Analisando-se a Proposição temos que:

I - O veto aposto foi dentro do prazo constitucional;

II - As razões do veto estão, segundo o ofício n.º 97/84, do Chefe do Poder Executivo, embasados em dispositivos constitucionais quando estabelecem a competência para o início do processo legislativo, de matérias como as de que estabelece o plano de lei ora vetado.

Com isso a Proposição está em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n.º 167/84, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 38/84, de autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA que autoriza o Poder Executivo criar a "FUNDAÇÃO CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE

FÍSICO" - CADEF, com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade.

OF. n.º DTL/115/84.

Curitiba, 15 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 81/84, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 38/84, por julgá-lo, pela forma como está lançado, contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, a Fundação Centro de Assistência ao Deficiente Físico, com sede e na cidade de Campo Mourão.

O veto apostado ao Plano de Lei em exame decorre de informações pretadas pelos órgãos técnicos da Secretaria de Estado do Planejamento, segundo as quais a unidade cuja criação é pretendida terá objetivos e finalidade já atendidos por unidades departamentais a nível de execução programática da Secretaria da Saúde e de Bem-Estar Social e pela Fundação de Promoção Social do Paraná - PROMOPAR. Assim sendo, se o Plano de Lei em causa fosse acolhido, estar-se-ia, pela forma como vem consubstanciado, incorrendo em duplicidade de meios de atuação e conseqüente paralelismo de ação. Não obstante, a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social foi ouvida e, através de pronunciamento de seu Titular, manifestou ponto de vista contrário a criação da entidade em questão, reafirmando a grande inconveniência de atuações paralelas com conseqüente pulverização de recursos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado

VETO

Razões em Separado
Em 15/8/84.

PROJETO DE LEI N.º 38/84.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Saúde Pública e Bem-Estar Social, a criar a Fundação Centro de Assistência ao Deficiente Físico - CADEF, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Parágrafo único - A Fundação Centro de Assistência ao Deficiente Físico - CADEF, tem por finalidade principal prestar assistência aos deficientes físicos em geral, cuja regulamentação constará em seus Estatutos.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de junho de 1984.
(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 167/84

PARECER:

A presente Proposição é oriunda de veto Governamental a projeto de lei de autoria da nobre Deputada Amélia Hruschka.

Analisando-se a matéria temos que:

I - O veto foi apostado dentro do prazo constitucional.

II - As razões do veto apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, conforme esclarece o Ofício n.º 115/84 - estão embasadas em informações dos órgãos técnicos das Secretarias do Planejamento e Saúde e Bem-Estar Social, que consultadas manifestaram a inconveniência do estabelecido no Plano de Lei.

Nestas condições, a Proposição está em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

ANÍBAL KHURY
Relator

Em votação o projeto. Rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - A Proposição 167/84 do Projeto de Lei 38/84 e eu vou pedir verificação de votação porque se trata de um projeto da Deputada Amélia Hruschka e ela não se encontra no Plenário por motivo da realização do Fórum de Debates desta Casa, e, como se trata de um projeto que cria a Fundação Centro de Assistência ao Deficiente Físico - CADEF, no Município de Campo Mourão, nós solicitamos a Vossa Excelência que faça a verificação de quorum e coloque o nosso voto claramente a favor do projeto de lei. Contra o veto.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. (É procedida a verificação de votação). 10 Senhores Deputados aprovam; 5 Senhores Deputados rejeitam. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) - Eu só queria saber como vota o pessoal do PMDB, como é que vota o resto da Bancada, eu só queria saber isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n.º 167/84.

REDAÇÃO FINAL - Dos Projetos de Resolução n.ºs 48/84, 49/84, 50/84, 51/84, 52/84 e 53/84.

3.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei Complementar n.^{os} 27/84, 164/84 e dos Projetos de Lei n.^{os} 64/83, 65/83, 93/83, 145/83, 150/83, 169/83 195/83, 224/83, 237/83, 23/84, 30/84, 55/84 e dos Projetos de Resolução n.^{os} 84/84, 85/84, 86/84, 87/84, 88/84, 89/84, 90/84, 91/84, 92/84, 93/84, 94/84, 95/84, 101/84, 102/84, 103/84, 104/84, 105/84, 106/84, 109/84, 110/84 110/84, 11/84 112/84 e 114/84.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.^o 03/84 e dos Projetos de Lei n.^{os} 58/84, 59/84, 77/84, 84/84, 95/84, 101/84, 102/84, 107/84, 154/84, 155/84, 210/84 e 223/84.

1.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n.^o 103/84, 105/84, 109/84, 113/84, 115/84, 116/84, 120/84,

DISCUSSÃO ÚNICA - Das Proposições n.^{os} 168/84, 169/84, 170/84, 171/84.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.^o 149/84 e dos Projetos de Resolução n.^{os} 54/84, 55/84, 56/84, 57/84 e 59/84.

Levanta-se a sessão.